

O grupo que escolheu como tema o sistema prisional estudou a Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/1984).

O ponto alto foi uma visita ao Centro de Detenção Provisória de Juína em 13/11/2019.

Os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer, como seria impossível fazê-lo em sala de aula, as instalações administrativas e prisionais de uma unidade de encarceramento.

Outro ponto a ser destacado foi a oportunidade de entrevistar os agentes penitenciários, conhecer as demandas da classe e a satisfação com a recente aprovação da PEC 272/17, pela qual tais profissionais se tornarão policiais penais, uma reinvidicação antiga da categoria.

Além do quadro de servidores, os acadêmicos conheceram o espaço físico do CDP e as condicionantes da rotina dos reeducandos, visualizando as condições dos ambientes de aprisionamento.

Como produto final para a apresentação no Sarau Jurídico, os acadêmicos montaram até uma réplica de cela na quadra de esportes, aumentando, assim, a experiência dos visitantes.

Além disso, confeccionaram uma maquete do CDP, possibilitando aos visitantes conhecimento da estrutura cujo acesso é restrito e desconhecida de grande parte da comunidade.

Também tiveram o cuidado de fazer presente uma agente penitenciária, a qual enriqueceu ainda mais a apresentação, contribuindo para solucionar dúvidas dos visitantes.

O grupo que escolheu trabalhar a temática dos transgêneros, além de estudo para inteirar-se do assunto, entrevistou sujeitos diretamente relacionados à área, especialmente transexuais, possibilitando um conhecimento que não obteriam em sala de aula.

Para a apresentação, montaram um estande sobre o tema, com elementos verbais e não verbais geradores de sensibilização para aspectos relativos, por exemplo, aos direitos dos transexuais.

O grupo apresentou vídeos demonstrando as mudanças em duas mulheres transexuais, sendo que uma delas se fez presente no estande, historicizando o seu processo de alteração sexual, a aceitação da comunidade, as dificuldades e o processo para alteração do nome.

O grupo da temática indígena se reuniu com índios locais e estudou as normas pertinentes, especialmente as da Constituição Federal e do Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973).

Como produto final, apresentaram na quadra de esportes um cenário artístico com diversos elementos indígenas e imagens que remetiam às demandas e às normas aplicáveis.

Também convidaram índios para a apresentação, os quais tiraram dúvidas dos visitantes e trouxeram diversos itens culturais, possibilitando interação com a comunidade acadêmica.

O grupo da temática da violência doméstica realizou estudos da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) e encontros para decidir como seria a melhor abordagem no dia da apresentação.

Montaram um estande na quadra de esportes, com elementos verbais e não verbais sensibilizadores drama da violência doméstica e as normas aplicáveis à vítima e aos agressores.

Além disso, os integrantes do grupo se prontificaram a tirar dúvidas da comunidade visitantes.

O grupo da temática do racismo realizou leitura dos dispositivos legais aplicáveis, realizando a apresentação de banner com elementos verbais e não verbais sensibilizadores.

O grupo da temática de direitos previdenciários realizou a montagem de um cenário retratando detalhadamente uma audiência judicial de instrução e julgamento de um processo no qual uma jurisdicionada pleiteava a concessão do benefício de aposentadoria rural.

Tiveram o cuidado de simular as oitivas das testemunhas, o depoimento da autora, as arguições do advogado e da procuradoria federal, bem como as deliberações do juízo, incluindo sentença. Ou seja, pela teatralização, abordaram a temática de forma jurídica e artística.